

# Panorama socio-histórico do português brasileiro

## *Socio-historical overview of Brazilian Portuguese*

Bárbara Carolina Vanderley Boaventura

Universidade de Brasília (UnB)

[barbara.boaventura@edu.se.df.gov.br](mailto:barbara.boaventura@edu.se.df.gov.br)

<http://orcid.org/0009-0000-4635-6174>

### RESUMO

O panorama socio-histórico do português do Brasil remonta às raízes latinas, fundamentais para o surgimento das línguas românicas, além de remontar às matrizes linguísticas que constituem o PB – a lusitana, a indígena e a africana. O artigo fundamenta-se nas três hipóteses linguísticas que versam sobre as origens do PB: a hipótese da crioulização (Guy 1981 *apud* Lins, 2009), a hipótese da deriva natural (Naro e Scherre, 2007) e a hipótese do contato linguístico (Baxter; Lucchesi, 1997; Mello, 2002). A história da sociedade brasileira, assim como as hipóteses linguísticas apresentadas indicam que o português brasileiro – variedade singular do português no grupo dos países lusófonos – constitui-se pelas confluências culturais, sociais e linguísticas dos povos indígenas e africanos durante a dominação portuguesa no Brasil. Conclui-se que o intenso contato linguístico entre a língua do colonizador e as línguas de povos indígenas e africanos no território brasileiro contribuíram diretamente na formação linguística do português brasileiro.

**Palavras-chave:** português do Brasil; panorama socio-histórico; matrizes linguísticas do português brasileiro; origens do português brasileiro.

### ABSTRACT

The socio-historical panorama of Brazilian Portuguese goes back to its Latin roots, fundamental for the development of the Romance languages, in addition to resuming the linguistic matrices that constitute PB – Lusitanian, indigenous and African. The article is based on three linguistic hypotheses that deal with the origins of BP: the hypothesis of creolization (Guy 1981 *apud* Lins, 2009), the hypothesis of natural drift (Naro and Scherre, 2007) and the hypothesis of linguistic contact (Baxter; Lucchesi, 1997; Mello, 2002). The history of Brazilian society, as well as the linguistic hypotheses presented, indicate that Brazilian Portuguese – a unique variety of Portuguese in the group of Portuguese-speaking countries – is constituted by the cultural, social and linguistic confluences of indigenous and African peoples during Portuguese domination in Brazil. It is concluded that the intense linguistic contact between the colonizer's language and the languages of indigenous and African peoples in the Brazilian territory directly contributed to the linguistic formation of Brazilian Portuguese.

**Keywords:** Brazilian Portuguese; sociohistorical panorama; linguistic matrices of Brazilian Portuguese; origins of Brazilian Portuguese.

A Linguística não é uma ciência previsível, e eu prefiro deixar o futuro acontecer em seu devido tempo. O que irá determinar o futuro serão os resultados dos estudos em variação linguística, se eles provarem ser uma rota positiva e cumulativa para responder nossas questões fundamentais sobre a natureza da linguagem e das pessoas que a utilizam.

(William Labov, 2007)<sup>1</sup>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo nasce do objetivo de relacionar o panorama social e histórico da língua portuguesa com a formação linguística do português brasileiro. Para tanto, inicia-se a partir da contextualização histórica brasileira, a partir da chegada dos colonizadores portugueses até as características mais atuais do português brasileiro contemporâneo. O português falado no Brasil, conhecido como português brasileiro (PB), é, dentro da agenda linguística brasileira e também internacional, escopo de pesquisas linguísticas engajadas na investigação e na análise dos traços linguísticos do PB. Estudos da Sociolinguística são exemplos notórios que estudam, essas temáticas, uma vez que um dos pressupostos teóricos que sustentam a perspectiva da teoria sociolinguística – sistematizada pelos estudos variacionistas de William Labov – é a de que língua e sociedade são realidades que se relacionam e se influenciam. Além disso, outro pressuposto teórico basilar para os estudos sociolinguísticos é a heterogeneidade das línguas, o que significa dizer que as línguas variam e tal variação pode gerar mudanças linguísticas. Vale lembrar que nem todo caso de variação na língua terá como resultado uma mudança concluída, mas, segundo diversos estudos sociolinguísticos, toda mudança linguística é fruto de um processo de variação, como foi o caso, por exemplo, a evolução fonética da expressão ‘vossa mercê’, que, por meio de um caso de variação diacrônica no português, gramaticalizou-se no pronome ‘você’, usado recorrentemente no português brasileiro contemporâneo (cf. Silva, 2009).

No que diz respeito à relação entre língua e sociedade, diversos linguistas e

---

<sup>1</sup> Trecho retirado de uma entrevista concedida pelo linguista William Labov à *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, no ano de 2007. Labov (1927-) é considerado o pai da Sociolinguística Variacionista devido a seus estudos sobre variação linguística na língua inglesa, nos quais apresentou a teoria da variação, bem como sistematizou a metodologia dos estudos sociolinguísticos.

outros estudiosos já refletiam sobre o assunto, como foi o caso de Antoine Meillet, Roman Jakobson, Marcel Cohen, Émile Benveniste, Mikhail Bakhtin, entre outros nomes. Meillet (1836-1936), linguista francês e discípulo de Saussure, considerava que a história das línguas não estava separada da história da cultura e da sociedade, conforme ele mesmo afirmou: “[...] a linguagem é, eminentemente, um fato social. Tem-se [...] repetido que as línguas não existem fora dos sujeitos que as falam, e, em consequência disto, não há razões para lhes atribuir uma existência autônoma” (Meillet, 1977, p. 16 *apud* Alkmim, 2008, p. 24). Outro importante teórico que também considerou em seus estudos a relação entre língua e sociedade foi Mikhail Bakhtin (1895-1975), filósofo russo que deixou importantes contribuições para os estudos linguísticos, literários e filosóficos. Ele assumiu uma postura crítica aos postulados estruturalistas e focou, em seus estudos sobre a interação verbal, que “a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas [...], mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações” (Bakhtin, 1990, p. 123 *apud* Alkmim, 2008, p. 25).

Contudo, foi com o surgimento e advento da Sociolinguística, que teve seu marco inaugural com o congresso *The dimensions of Sociolinguistic* (“As dimensões da Sociolinguística”, em português) realizado na Universidade da Califórnia em 1966 e organizado pelo linguista William Bright, onde os estudos sociolinguísticos começaram a ganhar forma dentro do cenário acadêmico. O evento científico contou com a presença de vinte e seis estudiosos que tinham trabalhos dedicados à linguística social, conforme evidencia Salomão (2011):

Os trabalhos dos participantes advinham de tradições de pesquisa bastante diferentes, como a geografia linguística, línguas em contato, mudanças históricas, etnografia e planejamento linguístico, e as palavras-chave que estabeleciam uma ligação entre elas eram “linguagem e sociedade” e “sociolinguística” (Salomão, 2011, p. 189).

Assim, Bright teve a importante missão de sumarizar esses estudos em atas e definiu a diversidade linguística como objeto de estudo da Sociolinguística. De acordo com Alkmim (2008), a Sociolinguística tem uma origem de natureza interdisciplinar, devido às contribuições teóricas de diferentes áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Antropologia, a Dialetoлогия, a Etnografia, entre outras áreas correlacionadas às ciências sociais. Entretanto, a Sociolinguística se estabelece como o

campo dentro dos estudos da Linguística que tem como objeto de estudo a variação e a mudança nas línguas, bem como os fatores que condicionam os contextos de variação linguística, investigando fatores linguísticos – de natureza interna à estrutura das línguas – e fatores extralinguísticos – de natureza externa, social, evidenciando a inegável relação entre língua e sociedade. Importante ressaltar ainda que a heterogeneidade dialetal das línguas, escopo temático dos estudos sociolinguísticos, não ocorre aleatoriamente, de forma caótica, pelo contrário, ocorre de forma sistematizada, motivada por fatores linguísticos e/ou extralinguísticos. E é exatamente por esses fatores condicionadores dos processos de variação que a Sociolinguística vai se interessar, conforme Coelho *et al.* (2015, p. 59) afirmam: “Mesmo que a princípio se possa pensar que heterogeneidade implica ausência de regras, a Sociolinguística vê a língua como um objeto dotado de heterogeneidade estruturada – logo, há regras sim.”

## **A GÊNESE DA LÍNGUA PORTUGUESA: DO LATIM VULGAR AO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Para tratar da gênese da língua portuguesa até sua chegada ao Brasil, é indispensável, *a priori*, a retomada dos antepassados linguísticos do português e para tanto, se faz necessário revisitar a história do latim, língua que originou, ao longo dos séculos, as línguas românicas, entre as quais se encontra a língua portuguesa.

Entre 4.000 a 3.500 a.C, o indo-europeu, maior família linguística reconhecida, que abrange 60 línguas faladas no mundo, era considerado a língua-avó da língua portuguesa. Segundo Castilho (2019), essa família linguística abrange pelo menos sete ramos: (1) hitita; (2) indo-irânico; (3) grego; (4) itálico; (5) germânico; (6) balto-eslavo; (7) armênio, sendo o português uma língua originária do ramo itálico. Por volta de 700 a.C até 600 d.C, o latim chega à Península Itálica, nascendo na região do Lácio, no centro da Itália Antiga. O latim implementar-se-ia, mais tarde, na região da Ibéria, por volta de 400 d.C.

Devido, principalmente, ao contato com os gregos, a sociedade romana dividiu-se em dois grandes grupos: o grupo da elite romana, usuária do latim culto, e o grupo da massa populacional romana, falante do latim vulgar. Com o uso cada vez mais recorrente do latim vulgar pela grande parcela da população romana, essa variedade

popularizou-se no Império Romano, dispersando-se assim na fala de soldados, comerciantes, artesãos, viajantes, lavradores. Importante mencionar que o latim vulgar se restringia à fala, não apresentando registro escrito, a não ser indiretamente. Esse período de disseminação do latim vulgar é parte fundamental do que se conhece por romanização, uma vez que o latim vulgar se espalhou naturalmente pelos territórios e regiões de conquista do Império Romano, além de hábitos, crenças, costumes, instituições romanas e outros elementos da cultura romana. Portanto, nesse período de conquistas romanas, é possível caracterizar uma relativa estabilidade linguística do latim vulgar, processo ao qual Celso Cunha (2008) descreve como períodos de latinidade:

[...] a denominação latim vulgar, embora um tanto imprópria, tornou-se termo técnico da linguística. Por ela devemos entender, de acordo com B. E. Vidos, “a língua falada por todas as camadas da população e em todos os períodos da latinidade” (Manuale de linguística romanza *apud* Cunha, 2008, p. 11) (grifos nossos).

Enquanto isso, o latim culto, falado e escrito pelas elites romanas, pelos escritórios reais e por membros do clero, perdia força no vernáculo, ao passo que o latim vulgar se popularizava. Segundo Castilho (2019, p. 171), “o latim culto escrito, utilizado na literatura romana, desapareceu por volta do século V d.C e o latim culto falado morreu por volta do século III d.C. A variedade escrita sobreviveria, [...], no latim medieval da Igreja (séculos V a XVI d.C).” No entanto, a partir do século III a.C, sobretudo devido à invasão dos povos bárbaros e o declínio do império romano, o latim perdeu força política e linguística.

Até o século III a. C, com o estabelecimento do Império Romano, houve um período de homogeneidade linguística, devido ao poderio bélico e político de Roma, que promoveu a dispersão e o fortalecimento da língua pelos territórios conquistados. Em 218 a.C, durante a guerra contra Cartago, os soldados romanos invadiram a Península Ibérica, e os povos que ali estavam, com exceção do povo basco, passaram a conviver com o latim vulgar, modalidade falada pelos romanos.

Entre os séculos VII e IX, o latim vulgar dispersou-se, dando origem ao romance ibérico – correspondente ao estágio linguístico que anunciaria o desaparecimento do latim e antecederia o surgimento das línguas românicas. Assim, os falares do latim vulgar começaram a ganhar mais espaço e força dentro das regiões conquistadas pelo

império romano, originando-se, assim, os romances (ou romances), que posteriormente originariam as línguas românicas que conhecemos hoje: francês, no século IX, o castelhano, no século X, o português, no século XII, o italiano, no século XIV, entre outras línguas. Durante os séculos IX e XIII, o romance usado no noroeste da Península Ibérica deu origem ao galego-português – que nessa época ainda não se distinguiu em duas línguas distintas como hoje se conhece.<sup>2</sup> Com o tempo, o galego-português dividiu-se em duas línguas, originando, assim, o português e o galego. A partir do século XV, com a expansão ultramarina e a formação do império português, a língua portuguesa espalhou-se pelo mundo, majoritariamente por meio das grandes navegações empreendidas por portugueses em direção à Ásia, África e ao Brasil, recebendo diversas influências de outras línguas, como do árabe, francês, castelhano (à época Portugal era governado pelo trono espanhol, entre 1580 e 1640).

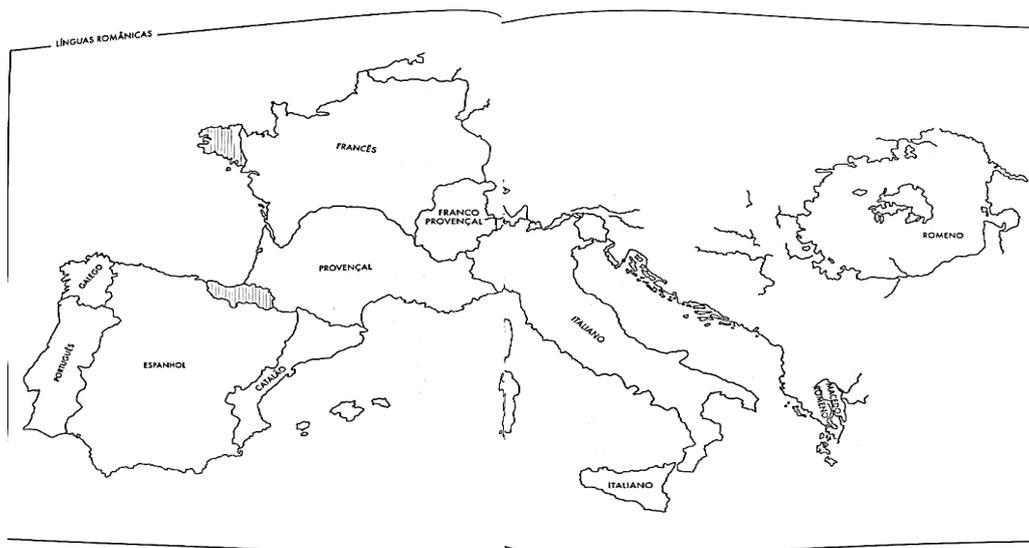
Portanto, a língua portuguesa, assim como as demais línguas românicas ou neolatinas, resulta da evolução do latim vulgar, falado nas ruas, nas relações comerciais, sociais e cotidianas da massa populacional durante o período do Império Romano. O século XII marca o nascimento do reino independente de Portugal, sendo que o português já estava formado, com vocabulário, na segunda metade do referido século, mas a oficialização da língua ocorre somente em 1279, pelo rei Diniz. As duas primeiras gramáticas em língua portuguesa são publicadas por Fernão de Oliveira e João de Barros, em 1536 e 1540, respectivamente. A publicação da obra literária *Os Lusíadas*, em 1572, escrita por Luís de Camões, foi um importante marco para o nascimento do português clássico.

O mapa abaixo ilustra a distribuição das línguas românicas no território do continente europeu:

---

<sup>2</sup> Ainda hoje há semelhanças entre o galego e o português falado em Portugal, entretanto, atualmente, são línguas distintas, apesar de, em sua origem, terem sido consideradas uma mesma língua, segundo Teyssier (2007, p. 25) afirma: “os primeiros textos escritos em português surgem no século XIII. Nessa época, o português não se distingue do galego, falado na província (hoje espanhola) da Galícia. Essa língua comum – o galego-português ou galaico-português – é a forma que toma o latim no noroeste da Península Ibérica.

**Figura 1.** Mapa das línguas românicas no continente europeu



Fonte: Cunha, 2008.

## **AS HIPÓTESES DE FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Nesse tópico, serão apresentadas três hipóteses linguísticas que versam sobre a formação do português brasileiro: a hipótese da crioulização, a hipótese da deriva natural e a hipótese do contato linguístico. Importante mencionar que a gênese do português brasileiro continua como pauta de um debate ainda profícuo na agenda linguística, o que explica a ausência de um consenso entre os estudiosos. Por fim, a ordem de apresentação das três teorias é aleatória, não representando menor ou maior grau de relevância, ou preferência, uma vez que não se trata do objetivo principal do artigo.

### **Hipótese da crioulização do português brasileiro**

Em linhas gerais, a hipótese crioulística defende que o português brasileiro tem suas origens num crioulo de base portuguesa, formado a partir dos contatos linguísticos de portugueses com africanos durante o longo período de escravidão no Brasil. Essa teoria fundamenta-se diretamente na influência das línguas africanas durante os mais de trezentos anos de regime escravocrata no País, período em que se estabeleceu intenso contato linguístico e interétnico entre portugueses e africanos.

Contudo, antes de apresentar os argumentos que embasam tal teoria, os conceitos de *pidgin* e crioulo são fundamentais para a compreensão dessa hipótese. De acordo com Celso Cunha (1981, p. 38), “[...] o pidgin é uma língua, de gramática e vocabulário simplificados”, surgida numa situação de emergência e criada por motivações econômicas e comerciais, de estrutura bastante rudimentar. O próprio termo *pidgin* remete a tal motivação econômica, uma vez que se trata de uma alteração do inglês *business* (negócio, em português). Ainda conforme Cunha (1981, p. 38), o *pidgin* corresponde a um “falar criado por adultos, vive apenas enquanto perdura a situação instável que o criou, que pode, naturalmente, ser mais ou menos longa.” O linguista e professor brasileiro traça cinco aspectos gerais que o definem, a saber: (1) simplificação de forma extrema; (2) redução da forma interna; (3) emprego bilateral ou multilateral em um contexto multilíngue; (4) interpenetração dos sistemas linguísticos em presença e (5) redução dos domínios.

Por sua vez, os crioulos surgem em um cenário linguístico mais complexo e derivam da consolidação e do uso recorrente de *pidgins* em contextos de exploração econômica, como ocorreu no caso da colonização brasileira. Os crioulos correspondem, portanto, à conversão de um *pidgin* em um idioma dentro de uma comunidade linguística específica. Quando isso ocorre, sua estrutura linguística se complexifica, segundo Cunha (1981, p. 38) explica: “[...] ao converter-se num crioulo [...], o pidgin adquire maior complexidade da forma externa, amplia a forma interna e expande os domínios do emprego.”

Ainda sobre a diferença existente entre *pidgins* e crioulos, Castilho (2019, p. 187) apresenta um importante traço distintivo: “[...] o crioulo é adquirido na infância, por existirem comunidades de fala crioula. Quer dizer que o crioulo é uma língua “natural”, no sentido de que uma pessoa adquire essa língua ao nascer, [...]. Já o *pidgin* não é uma língua natural.” Assim, destaca-se que “o pidgin apresenta a singularidade de não ser a língua materna de ninguém.” (Cunha, 1981, p. 38). Trask (2004) em seu *Dicionário de Linguagem e Linguística*, assim distingue os dois conceitos

[O crioulo é] uma língua que deriva de um *pidgin*. Um pidgin não é uma língua natural, é apenas um sistema de comunicação rudimentar, alinhavado por pessoas que não têm uma língua comum. Quando um pidgin se estabelece numa sociedade multilíngue, então pode muito bem chegar um momento em que aparece uma geração de crianças que dispõem apenas do pidgin para falar entre si. Nesse caso, quase inevitavelmente, as crianças

transformam o pidgin numa verdadeira língua, completada por um vocabulário amplo e um rico sistema gramatical. Essa nova língua natural é um crioulo, e as crianças que o inventaram são os primeiros falantes nativos desse crioulo (Trask, 2004, p. 70).

Em suma, uma língua crioula é, portanto, fruto de um processo de gramaticalização de um *pidgin*. Válido mencionar ainda que o crioulo pode passar por um processo de descrioulização, que corresponde ao processo de identificação progressiva do crioulo com a língua europeia que o originou. Por fim, e não menos relevante, é importante comentar que as línguas crioulas apresentam estrutura de línguas naturais, conforme Anthony Naro (1973) destaca:

Um crioulo é uma língua como qualquer outra, sujeita às mesmas regras gramaticais universais, uma vez que sua gramática é construída pelos que a aprendem como primeira língua da mesma maneira que qualquer gramática (Naro, 1973, p. 98 *apud* Cunha, 1981, p. 39).

Entretanto, as línguas crioulas, por diversas vezes, são alvos de visões estigmatizantes, uma vez que não são consideradas como línguas naturais semelhantes a outros idiomas. Certamente, essa desqualificação fundamenta-se numa mentalidade linguística pautada num preconceito em relação à história social de formação dos crioulos, frutos de um contexto de exploração e dominação, conforme Martinet (1967, p. 165 *apud* Cunha, 1981, p. 39) confirma: “nada, em sua estrutura linguística, desqualifica, em princípio, um crioulo como língua de cultura.”

Feita a devida explanação e distinção entre *pidgins* e crioulos, retoma-se a hipótese crioulista. Essa teoria encontrou defensores como Adolfo Coelho, Serafim da Silva Neto, John Holm e Gregory Guy. Adolfo Coelho (1847-1919), filólogo português, foi um dos primeiros a defender essa teoria em um texto pioneiro sobre crioulista, no qual argumenta que algumas características sintáticas do português brasileiro, como a ausência de concordância no predicado e nos adjuntos internos aos sintagmas nominais seriam provas da origem crioula do português brasileiro. Silva Neto também acreditou, inicialmente, nas bases crioulistas do português brasileiro que explicariam as diferenças entre o PB e o PE, acentuadas a partir do século XVII. Gregory Guy (1950-), linguista norte-americano, talvez seja, entre esses, o maior defensor dessa perspectiva teórica, publicando sua tese de doutorado em 1981 – sob a orientação do linguista brasileiro Anthony Naro – na qual argumenta que o português do Brasil se originou de

um crioulo de base africana formado no Brasil entre os séculos XVI e XVII. Em seus estudos, ele elimina a hipótese do PB ter derivado de um crioulo indígena, pois não se estabeleceu o mesmo tipo de relação social entre os nativos brasileiros e portugueses, estabelecida durante os anos de escravidão de milhões de negros trazidos da África. Guy (1981) defende a hipótese a partir de evidências linguísticas do PB que ele considera significativas e da história social brasileira, marcada pela presença massiva de escravos africanos no País que influenciaram diretamente a constituição do português brasileiro, além da emigração para o Brasil de fazendeiros de cana-de-açúcar da ilha de São Tomé, o que representou a chegada de africanos falantes de uma língua crioula de base portuguesa.

No entanto, como naturalmente ocorre no meio científico, essa hipótese encontrou posturas teóricas contraditórias, como foi a posição de Fernando Tarallo, que se contrapôs abertamente à teoria defendida por Guy, com a publicação do seu artigo *Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro*, em 1993. Para Tarallo, o português brasileiro não teria derivado de um crioulo, pois caso isso tivesse ocorrido, o PB teria se descrioulizado e hoje estaríamos falando como os portugueses. Diversos estudos linguísticos têm mostrado, ao contrário, que o português brasileiro vem se distanciando do português europeu. Rosa Virgínia Mattos e Silva também mostrou argumentos contrários à teoria crioulista, entretanto de maneira mais comedida. A grande linguista brasileira acreditava que a teoria da crioulição não abrange e explica toda a complexidade linguística do português falado no Brasil, defendendo a hipótese do contato linguístico, que será apresentada posteriormente. Outro nome que também apontou críticas a essa teoria foi Renato Mendonça (2012), estudioso e diplomata brasileiro e autor da obra *A influência africana no português do Brasil*, na qual escreveu sobre a instabilidade dos supostos crioulos criados no Brasil:

Língua e raça formam dois elementos que têm evolução paralela a ponto de serem muitas vezes confundidos. Como o negro fundiu com o português e do consórcio resultou o mestiço, pareceria lógico que este mestiço falasse um dialeto crioulo. Os fatos são diferentes. *No Brasil, deve ter havido dialetos crioulos em diversos lugares da colônia. Tiveram, porém, existência muito instável e cedo desapareceram* (Mendonça, 2012, p. 110-111, grifos nossos).

Assim, a teoria da origem crioula enfraquece-se, segundo Mendonça (2012) e outros estudiosos, uma vez que a existência de línguas crioulas não se fortaleceu ao

longo dos anos da história brasileira. Baxter e Lucchesi (1997) também teceram comentários a respeito da hipótese fortemente defendida por Guy. Ambos os linguistas, o primeiro australiano e o segundo brasileiro, dão relativo crédito à crioulização na formação do português brasileiro, conforme eles declaram:

A hipótese da relevância da crioulização prévia postulada por G. Guy (1981 e 1989) e J. Holm (1987) encontra um forte amparo nos dados sócio-históricos. [...] Desse modo, como destaca G. Guy (1989), parece razoável supor que a língua portuguesa no Brasil pode ter sofrido mudanças do tipo das que afetaram as línguas europeias em outros países do Novo Mundo, cuja história também é marcada pelo processo da escravidão de populações africanas [...] (Baxter; Lucchesi, 1997, p. 68).

Entretanto, ambos os linguistas pontuam que essa hipótese apresenta limitações de natureza linguística que expliquem a realidade linguística do PB, conforme Lucchesi e Baxter (1997, p. 69) afirmam: “[...] a hipótese da crioulização prévia do PPB é sensivelmente prejudicada pela falta de dados linguísticos específicos, a ela concernentes.”

Outros linguistas apresentaram posições teóricas distintas sobre a teoria crioulística, as quais conheceremos nos dois tópicos subsequentes. No próximo tópico, será apresentada a hipótese da deriva natural, bastante difundida pelos estudos e trabalhos dos linguistas brasileiros Anthony Naro e Marta Scherre.

### **Hipótese da deriva natural**

A segunda teoria apresentada nesse estudo corresponde à hipótese da deriva natural ou deriva secular (como também é conhecida) que basicamente atribui a gênese do português brasileiro a um processo natural de deriva do português europeu arcaico, semelhante ao que ocorreu com outras línguas. Segundo os defensores dessa posição teórica, o PB é uma continuação do português arcaico de Portugal, com pequenas alterações, uma vez que os traços linguísticos encontrados no PB apresentam um ancestral no português europeu.

Um dos primeiros linguistas que apregoou a favor dessa hipótese foi Mattoso Câmara Júnior que, em seu artigo *Ele como um acusativo no português do Brasil*, publicado na coletânea *Dispersos* (1972), organizada por Carlo Uchoa, descreve o uso

brasileiro do pronome ‘ele’ em função de acusativo, como na construção “*Eu vi ele*”. Trata-se de uso recorrente no português brasileiro e para tanto, buscou uma razão interna à estrutura do português falado no Brasil. Para além desse exemplo, Mattoso Câmara chega a considerar a possibilidade de um crioulo de base africana, uma vez que segundo Castilho (2019, p. 191), “os escravos negros adaptaram-se ao português sob a forma de um falar crioulo.” Entretanto, o linguista brasileiro exclui a possibilidade de um crioulo de base indígena, uma vez que as línguas indígenas “foram substituídas no intercuro dos índios com os brancos por uma língua única – o chamado tupi” (Câmara, 1963, p. 75, 77 *apud* Castilho, 2019, p. 191). De acordo com Castilho (2019, p. 191), Mattoso chega a graduar o impacto das línguas indígenas e africanas sobre o português brasileiro, e apesar de admitir a existência de um crioulo africano, em nenhum momento, afasta a hipótese da mudança natural ou hipótese da deriva.

Essa teoria ficou mais difundida após a publicação, em 2007, de *Origens do português brasileiro*, de Marta Scherre e Anthony Naro, obra no qual os autores apresentam fenômenos morfossintáticos e fonológicos da língua portuguesa, como, por exemplo, os casos de concordância verbal e nominal, além dos usos de pronomes da função de sujeito, e explicam como esses traços linguísticos do português brasileiro contemporâneo são heranças portuguesas, em sua fase arcaica, e não modificações mais recentes provenientes das línguas africanas ou das línguas indígenas, conforme supõe a teoria crioulistica clássica.

Segundo os defensores dessa teoria, não existem dados empíricos suficientes que fundamentem a hipótese de que um conjunto relevante de traços linguísticos recorrentes no PB contemporâneo tenha suas raízes em características linguísticas estruturais de línguas africanas ou línguas ameríndias. Os linguistas alinhados a essa perspectiva argumentam, portanto, que o português popular brasileiro se originou a partir da confluência de forças, “algumas oriundas da Europa, outras da América, outras, ainda da África” (Naro e Scherre, 2007, p. 25), retomando-se os princípios do conceito de deriva (*drift*), proposto pelo linguista norte-americano Edward Sapir, no século XX. Segundo essa concepção de deriva, Sapir acreditava que as línguas geneticamente relacionadas provêm do protótipo linguístico indo-europeu. Portanto, tais línguas seriam fruto de um contínuo processo de dispersão ao longo da história, e as comprovações

linguísticas poderiam ser encontradas em evidências documentais, por meio de estudos de natureza comparativa e reconstrutiva.

Nesse sentido, essa hipótese não atribui participação alguma ao suposto crioulo de base lexical portuguesa, uma vez que defende o ponto de vista de que o PB é fruto da língua portuguesa transplantada para o Brasil no período da colonização portuguesa. Em outras palavras, o que eles alegam é que os traços variáveis do português popular já estavam presentes na língua portuguesa trazida pelos colonizadores, sendo, por conseguinte, uma teoria antagônica à hipótese crioulista, posto que não reconhece em um crioulo de base portuguesa a origem do português brasileiro.

No próximo subtópico, será apresentada a terceira corrente teórica que versa sobre as gêneses do português falado no Brasil: a hipótese do contato linguístico, mais recentemente formulada e fortemente defendida pelos linguistas Dante Lucchesi e Alex Baxter.

### **Hipótese do contato linguístico**

A hipótese do contato linguístico sustenta-se na teoria de que o português brasileiro se originou a partir do intenso contato linguístico ocorrido entre o português do Brasil e as línguas indígenas e, sobretudo, as línguas africanas trazidas ao país durante os séculos de dominação e exploração portuguesas. Segundo os defensores dessa teoria, a formação sócio-histórica do Brasil está diretamente relacionada à realidade linguística polarizada que encontramos no Brasil, sobre a qual Dante Lucchesi (2019, p. 259) escreve: “A realidade linguística brasileira é profundamente dividida, tendo em um extremo, a linguagem da elite letrada; e do outro lado, a linguagem dos segmentos sociais mais marginalizados.” Lucchesi (2019) atribui essa contradição linguística à formação histórica do nosso país, uma vez que “a atual polarização sociolinguística do Brasil é o resultado histórico de uma clivagem etnolinguística que marca a sociedade brasileira, desde o início da colonização portuguesa, nas primeiras décadas do século XVI.” (Lucchesi, 2019, p. 257).

Outros nomes da linguística brasileira que se posicionam favoravelmente a essa hipótese são Rosa Virgínia Mattos e Silva e Heliana Mello. Mattos e Silva (2004) contribuiu bastante, por meio de suas pesquisas, para evidenciar as influências africanas

na formação do português brasileiro, trazendo dados de natureza demográfica, além de relevantes dados sobre a historiografia da educação brasileira. A respeito da influência africana na composição da sociedade brasileira, Mattos e Silva (2004) pontua:

Teria o Brasil, ao findar o primeiro século colonial, 101.750 habitantes, dos quais 42% de africanos. Diante desses dados demográficos, se pode admitir que o forte candidato para a difusão do *português geral brasileiro*, antecedente histórico do atualmente designado de *vernáculo* ou *português popular*, variante sociolinguística mais generalizada no Brasil, seriam os africanos e afrodescendentes, e não os indígenas autóctones. [...] (Mattos E Silva, 2004, p. 3).

Mattos e Silva (2004) traça um panorama linguístico brasileiro, retomando importantes dados a respeito do precário processo de escolarização ocorrido ao longo da história da educação no Brasil. Sabe-se que as práticas de leitura e escrita eram bastante restritas e rudimentares durante o Brasil Colônia, e mesmo depois dos períodos do Brasil Império e do Brasil República, a educação brasileira andou a passos lentos, enfrentando até hoje grandes dificuldades. Para exemplificar um pouco esse cenário, segundo a linguista, à época do Brasil Colônia, quase a totalidade da população escrava era analfabeta (99%) enquanto a maioria da população livre brasileira (cerca de 80%) também encontrava-se no nível de analfabetismo. De acordo com números do primeiro censo realizado no Brasil, datado de 1872, apenas 12 mil brasileiros estavam matriculados em escolas secundárias. Além disso, somente 16,5% da população entre 6 e 15 anos frequentavam escolas e aproximadamente 8 mil brasileiros chegavam ao ensino superior (Mattos E Silva, 2003, p. 218).

Mello (2002) também defende essa teoria, argumentando que o português popular falado hoje no Brasil é fruto do português falado pela massa populacional brasileira que teve pouco ou nenhum acesso ao processo de escolarização formal durante a história de formação da sociedade brasileira. Segundo a pesquisadora, esse português, ao qual ela denomina português não-padrão (PNP) é resultado de traços linguísticos de línguas africanas utilizadas na época do Brasil Colônia:

Muitos dos traços considerados não-padrão no português brasileiro aparentemente resultaram de uma conjunção de fatores. Um dos elementos desse conjunto seria a transferência de traços gramaticais das línguas africanas de substrato quando da aquisição, por seus falantes nativos, do português do Brasil (Mello, 2002, p. 355).

Para Lucchesi (2019), a teoria do contato linguístico é a que melhor explica a realidade da formação do português brasileiro, posto que ela sintetiza o que ocorreu no Brasil: a confluência de fatores – defendida pela hipótese da deriva secular –, acelerada pelo contexto multilíngue brasileiro, no qual houve contato linguístico entre línguas africanas e línguas indígenas que aqui se encontraram.

## **MATRIZES LINGUÍSTICAS BRASILEIRAS: SÓCIO-HISTÓRICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

O Brasil representa hoje a nação com o maior contingente populacional de falantes nativos da língua portuguesa e segundo Castilho (2019, p. 175), “é [...] inteiramente responsável por ter o Português se tornado a oitava língua mais falada no mundo.” Sendo assim, o Brasil contribuiu e ainda contribui majoritariamente para a dispersão e expansão da língua portuguesa no mundo. Assim, conhecer a história de formação do português brasileiro significa conhecer não somente a história da construção do povo brasileiro – uma vez que língua e sociedade são elementos indissociáveis – mas também significa conhecer a história do surgimento da língua portuguesa como uma língua de origem latina.

Será apresentada, neste tópico, a composição multilíngue do português brasileiro, doravante denominado PB, e para tanto, serão apresentadas as matrizes linguísticas que construíram o passado do português do Brasil e que se relacionam, em grande parte, à realidade linguística singular da língua portuguesa falada atualmente por milhões de brasileiros. Apesar de a língua portuguesa ter se sobreposto política, econômica e socialmente as demais línguas já faladas no Brasil quando da chegada dos portugueses, pode-se considerar que o português do Brasil é fruto de um intenso, contínuo e profícuo contato social, cultural e linguístico que ocorreu durante séculos na história de formação da sociedade brasileira – haja vista a explanação feita no tópico anterior a respeito das hipóteses linguísticas sobre as origens do PB.

Assim, a língua portuguesa falada no Brasil é resultado combinatório do contato linguístico entre línguas indígenas, africanas e o português que aqui chegaram, além de contribuições de outras línguas europeias, como o italiano, por exemplo, além da influência de outras línguas, como o árabe. Trataremos de forma mais pormenorizada

das três matrizes linguísticas que contribuíram direta ou indiretamente para a formação do português brasileiro: a matriz lusitana, a matriz indígena e a matriz africana, com o intuito de construir um panorama socio-histórico brasileiro que está diretamente relacionado à realidade linguística brasileira atual, conforme Lucchesi (2015a, p. 80) sintetiza: “Como tendemos naturalizar o presente, perdemos de vista que a formação da sociedade brasileira se deu em um quadro de multilinguismo generalizado.”

### **Matriz linguística lusitana**

Ao se tratar da matriz linguística lusitana, é indispensável retomar os aspectos históricos relacionados à chegada de portugueses, representantes da Lusitânia insular, conforme Silvio Elia (1998). Devido às grandes navegações empreendidas por Portugal e Espanha, a língua portuguesa começa a viajar o mundo, chegando às Américas, em 1500 e mais especificamente, em 1532, quando se deu o início da colonização portuguesa no Brasil. Válido comentar que o povo português já tinha grande experiência no que diz respeito a empreitadas vultuosas para além-mar, conforme Fausto (2010, p. 9-10) afirma: “Os portugueses tinham experiência acumulada ao longo dos séculos XIII e XIV no comércio de longa distância [...]” e complementa: “Sem dúvida, a atração para o mar foi incentivada pela posição geográfica do país, próximo às ilhas do Atlântico e à costa de África.”

Nesse ensejo, a língua portuguesa foi trazida para terras brasileiras, e a partir de então, começou a se constituir, desde a época do Brasil Colônia, o que conhecemos hoje por português brasileiro. Ao chegar aqui, o português trazido pelos colonizadores passou a sobrepor-se às línguas gerais já faladas no Brasil. Inicia-se, assim, um cenário linguístico marcado por uma polarização sociolinguística, conceito bastante explorado na obra *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*, de Dante Lucchesi. A essa fase que corresponde ao adentramento do português na época do Brasil Colônia até a fuga da família real portuguesa, Lucchesi (2015b) chama de primeira onda da lusitanização. Segundo o autor, o cenário linguístico e socialmente polarizado permanece, uma vez que a língua portuguesa passa a conviver com línguas francas africanas.

Entre 1750 e 1777, Marquês de Pombal, Primeiro Ministro português, promoveu diversas reformas administrativas, econômicas e até linguísticas, com a expulsão da Companhia de Jesus do território brasileiro e a consequente proibição do uso da língua geral, institucionalizando o uso oficial da língua portuguesa no Brasil em 1758.

Em 1808, ano que marcou a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em movimento de fuga devido ao bloqueio imposto por Napoleão Bonaparte, inicia-se a segunda onda de lusitanização no Brasil, segundo Lucchesi (2015b). A chegada da realeza em terras brasileiras trouxe não só um grande quantitativo de portugueses para o Rio de Janeiro (cerca de 25 mil membros da elite portuguesa, de acordo com dados de Lucchesi, 2015), o que aumentou consideravelmente a população urbana da época, como também promoveu diversas mudanças de natureza social, cultural e econômica, com o investimento na infraestrutura urbana da capital, como a pavimentação de ruas na cidade, a criação do Banco do Brasil, o surgimento da imprensa régia no país, a inauguração da primeira biblioteca nacional, entre outras significativas mudanças. As grandes transformações econômicas, sociais e culturais provocadas pela vinda da família real ao Brasil desencadeariam a independência política do Brasil, em 1822, segundo Lucchesi (2015a, p. 86).

Importante destacar que, nesse cenário de multilinguismo, conviviam, ao mesmo tempo, a variedade do português usada em contextos oficiais e reais, e falada, portanto, por uma reduzida parcela da população brasileira, ligada à administração da colônia, e que se alimentava de influências lusitanizantes, e as línguas indígenas e africanas dos grupos dominados que aqui viviam.

### **Matriz linguística indígena**

Ao revisitar a história do português do Brasil, é inevitável mencionar dados históricos relativos à formação do povo brasileiro. Antes da chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil, já estavam aqui estabelecidos povos, línguas, sociedades e culturas de bases indígenas. Aryon Rodrigues, importantíssimo nome nos estudos linguísticos sobre línguas indígenas brasileiras, chegou a considerar a existência de 1.175 línguas faladas no Brasil no século XVI. Houaiss, segundo Mattos e Silva (2004, p. 76), “admite verossímil o montante de 1500 línguas”, ao passo que Castilho (2019, p.

177) afirma que “À chegada dos portugueses entre um a seis milhões de indígenas povoavam o território, falando cerca de 300 línguas diferentes, de que sobrevivem hoje cerca de 160.”

Em termos gerais, essa abundância de línguas indígenas distribuía-se em dois grandes grupos: as línguas do grupo jê, que se localizavam mais ao interior do país, nos cerrados brasileiros, e as línguas do grupo tupi-guarani, que se situavam ao longo da costa brasileira, segundo Castilho (2019).

Independentemente da divergência das estimativas em relação ao quantitativo de línguas indígenas faladas em solo brasileiro, é inegável a contribuição dessas línguas na formação do português brasileiro, bem como veremos em alguns exemplos mais adiante. O processo de colonização e comercialização dominado pelos portugueses no período do Brasil Colônia, bem como a catequização dos índios feita pela Companhia de Jesus promoveram uma política linguística de apagamento de muitas línguas indígenas, consoante Leite e Callou (2010) afirmam:

A política posta em prática pelos jesuítas com o apoio da Coroa tirou dos índios seus costumes, suas terras, sua cosmologia, sua música e sua língua. A uma diversidade condenada impôs-se uma homogeneidade, cujo objetivo era manter a unidade do território conquistado. [...] Estavam assim lançadas as bases para um imaginário, que ainda hoje perdura, de uma Terra Brasília, linguística e culturalmente homogênea (Leite; Callou, 2010, p. 62).

Assim, uma enorme riqueza linguística perdeu-se ao longo da redução de povos e culturas indígenas, restando, hoje, aproximadamente 160 línguas indígenas espalhadas por território brasileiro, segundo Castilho (2019), sendo que muitas delas continuam sofrendo ameaças de forças políticas, econômicas e sociais no contexto brasileiro atual.

As línguas gerais, termo que pode assumir diferentes concepções, a depender do contexto, “são continuações de línguas indígenas que passaram a ser faladas pelos mestiços de homens europeus e mulheres índias”, de acordo com Castilho (2019). Válido mencionar que as línguas gerais no Brasil não correspondem ao que se denomina *pidgins* e crioulo, mas referem-se a um termo que assumiu diferentes acepções dentro do contexto linguístico brasileiro. Uma primeira acepção para o termo língua geral corresponde à ideia de um português simplificado, com traços e influências das línguas indígenas e africanas, podendo aparecer também como língua geral brasileira. A segunda conotação refere-se a duas línguas gerais de caráter mais específico: a língua

geral amazônica, falada no Norte amazonense, resistindo até hoje sob a denominação *nheengatu*, e a língua geral paulista, utilizada pelos bandeirantes para adentrar os estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná. A terceira e última acepção que cabe dentro do escopo desse estudo equivale à língua geral tupi, utilizada pelos jesuítas missionários na catequização de muitos indígenas. Muitos padres aprendiam o tupi, criando uma língua geral que permitia uma melhor comunicação com os índios com o intuito de otimizar o processo de evangelização dos grupos indígenas durante o período em que a Companhia de Jesus estabeleceu a primeira forma de educação formal no país.

Apesar da forte opressão sofrida pelas línguas indígenas durante o período do Brasil Colônia, as línguas indígenas brasileiras deixaram importantes contribuições no léxico do português brasileiro, deixando cerca de dez mil vocábulos na língua, sendo que a grande parcela de tais influências provém do tupi-guarani, segundo Castilho (2019, p. 180). Entre os diversos exemplos, citamos alguns listados abaixo:

**Quadro 1.** Contribuições indígenas para o léxico do PB

**Caipira:** origina-se do tupi *kópira*, que significa o que carpe, o carpidor. Provavelmente, *kópira* evoluiu para caipira.

**Catapora:** origina-se do tupi *tatá* (*fogo, em português*) e *pora* (marca, em português). Catapora (*tatá+pora*), portanto, quer dizer marca, sinal de fogo, causada pelas manchas vermelhas que a doença deixa no corpo.

**Jururu:** origina-se do tupi *yruru*, que significa ‘tristonho’, ‘cabisbaixo’. Uma pessoa jururu seria, portanto, triste, desanimado.

**Mingau:** origina-se do tupi *minga’u*, que significa ‘papa’, ‘empapado’ e já fazia referência ao alimento que conhecemos hoje por mingau.

**Peteca:** origina-se do tupi *petek*, um verbo que significa “bater com a mão espalmada” que corresponde semanticamente ao atual jogo de peteca, em que os competidores devem bater em um pequeno saco de areia ou serragem sobre o qual se prendem penas de aves.

**Pipoca:** origina-se do tupi *pi’poka* (*pira* seria pele e *pok*, estourada). Portanto, literalmente seria “pele estourada do milho”.

Fonte: Duarte, 2003, p. 69.

Além das contribuições das línguas indígenas deixadas no vocabulário do português do Brasil, muitos nomes de cidades, estados e rios brasileiros têm origem indígena, como, por exemplo, Araraquara (toca das araras: *arara* + *kûara*), Ibirapuera (árvore velha: *ybyrá* + *pûera*), Ipiranga (rio vermelho: *'y* + *pyrang*) e Taubaté ('aldeia elevada': *taba* + *ybaté* em tupi). Entretanto, pouco se sabe a respeito das influências de natureza morfológica ou sintática dessas línguas no português falado no Brasil, mostrando-se um escopo temático que demanda mais atenção de pesquisas linguísticas, conforme Ataliba Castilho (2019, p. 180) pontua: “Não se comprovou algum tipo de influência fonológica ou gramatical, estando pendente de mais pesquisas a eventual importação pelos paulistas do /r/ retroflexo dos índios do tronco macro-jê. Por outro lado, é necessário pontuar que a linguística brasileira tem desenvolvido pesquisas nesse escopo, como a tese de doutorado *A situação sociolinguística e de letramento em língua nheengatu dos professores e alunos das escolas indígenas do município de Manaus, Amazonas*, de Ademar dos Santos Lima (2022), que traz importantes contribuições sobre a língua nheengatu, língua geral amazônica, que sobrevive até os dias atuais no Brasil.

No entanto, a título de curiosidade, algumas expressões idiomáticas do português do Brasil têm suas raízes nas línguas indígenas, como a expressão “Pare com esse nhem-nhem-nhem”, que provém do verbo *nhe'enga* (falar, em português) e em português, significa “Para de falar sem parar” e da expressão “velha coroca” que provém do tupi *kuruk*, que em português, refere-se a uma velha resmungona. O próximo tópico apresentará as contribuições linguísticas deixadas pelas línguas africanas trazidas para o Brasil durante os longos anos do período escravocrata.

### **Matriz linguística africana**

Com um lamentável histórico de escravidão (de 1538 a 1855), o Brasil chegou a receber aproximadamente quatro milhões de escravos negros trazidos da África, de acordo com estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), configurando-se como o país que mais exportou escravos do continente africano. Estimativas mais antigas, como o estudo de Rocha Pombo (1919 *apud* Ilari e Basso, 2006), calculam um quantitativo de 13 milhões, porém pesquisas feitas posteriormente

por Roberto Simonsen (1944 *apud* Ilari e Basso, 2006) atualizaram esse número para 3,3 milhões. Indubitavelmente esses escravos trouxeram suas línguas, suas culturas, suas crenças para o território brasileiro. Independentemente da precisão e atualização das estatísticas, segundo Ilari e Basso (2006, p. 70), em 1800, “metade da população brasileira era de negros africanos ou afrodescendentes.” Esse fato histórico é essencialmente importante para a compreensão linguística do português brasileiro, uma vez que o intenso e longo contato linguístico estabelecido entre as línguas promoveu intercâmbios linguísticos que desembocaram no português falado hoje no Brasil.

Apesar da importante contribuição das línguas africanas no português brasileiro, ainda são poucos os estudos linguísticos sobre essa influência. Segundo Benilde Justo Caniato (2005, p. 24), a contribuição dos povos africanos nos costumes e crenças na cultura brasileira durante os três séculos de escravidão foi significativa, entretanto, a contribuição linguística limitou-se bastante, devido à constante prática dos colonizadores de separar famílias e falantes das línguas africanas, a fim de impedir movimentos de revolta. A respeito desse cenário, Caniato (2005) escreve:

Os africanos viveram mais demoradamente em contato com o branco, na lavoura, nos serviços domésticos e nos engenhos, recaindo sobre eles a grande tarefa de produzir e de criar riquezas. Sua influência quanto a crenças e costumes é bastante expressiva. Em relação ao aspecto linguístico, as línguas africanas não representam muito em relação ao vocabulário. Uma das razões seria que, para evitar questões de rebeldia, quando aqui chegavam, eram separados por famílias e por línguas (Caniato, 2005, p. 24).

O tráfico de escravos africanos para o território brasileiro ocorreu quase simultaneamente à colonização de indígenas no Brasil, gerando lucros para diversos países europeus durante os séculos XVI e XIX. Os escravos que aqui chegaram eram trazidos sobretudo pelas rotas do Golfo da Guiné e pela costa de Angola, e eram destinados, principalmente, ao Rio de Janeiro, Bahia, além de outros estados nordestinos. Segundo Ilari e Basso (2006), as línguas africanas trazidas ao Brasil partiam das seguintes rotas:

**Quadro 2.** Rotas de línguas africanas trazidas ao Brasil

**Línguas provenientes do Golfo da Guiné:** línguas da família *cua*: eve ou jeje (da região do atual Togo, Benin e Gana); o fon e o maí ou mahí (do Benin e da Nigéria).

**Línguas provenientes da Angola:** línguas da família *banto*: quicongo, quimbomdo (República Democrática do Congo, Congo e Angola) e o iorubá, também conhecida como nagô (Togo, Benin, e Nigéria), do grupo sudanês.<sup>3</sup>

Fonte: Ilari; Basso, 2006, p. 71

Contudo, pesquisas como a de Castro (1980), por exemplo, apontam para semelhanças entre a estrutura fonológica da língua portuguesa e as línguas banto, segundo Castilho (2019, p. 182) afirma: “mesmo número de vogais, mesma estrutura silábica, o que explicaria a não emergência de crioulos africanos no Brasil, além de certas características da pronúncia do português brasileiro.” A seguir, alguns exemplos das diversas contribuições de línguas africanas incorporadas ao léxico do português brasileiro:

**Quadro 3.** Contribuições africanas ao léxico do PB

**Banguela:** origina-se de uma região de Angola onde os homens costumavam, no passado, serrar os dentes incisivos. Daí, então, o significado incorporado ao português, ‘indivíduo sem os dentes’.

**Camundongo:** origina-se do quimbundo *camundongo*. No Brasil, assumiu o significado de ‘animal da cidade.

**Marimbondo:** origina-se do quimbundo *mari’mbondo*, que é formado pelo prefixo *ma* (indicativo de plural) e *ribundo* (vespa, em português).

**Moleque:** origina-se do quimbundo *mu’leke*, que significa menino, rapaz, garoto.

**Quilombo:** também se origina da língua quimbundo, na qual significa ‘povoação, capital’. No léxico brasileiro, refere-se ao local de abrigo de escravos fugidos.

**Samba:** provém do quimbundo *semba*, que significa ‘umbigada’. O *semba* é uma dança em que os participantes trocavam umbigadas (praticada em Luanda, capital angolana). Trazida por escravos provenientes da Angola, modificou-se de nome e deu origem ao samba brasileiro. Em quimbundo, significa ‘estar animado.’

Fonte: Duarte, 2003, p. 71.

<sup>3</sup> De acordo com Caniato (2005, p. 24), as línguas sudanesas são faladas por africanos que habitam regiões entre o Saara e o Atlântico, sobre o golfo da Guiné, na África Ocidental. “Nagô é o nome dado no Brasil ao grupo de escravos procedentes da região de Iorubá.

A já mencionada prática de separação das famílias e línguas africanas que chegavam ao Brasil durante o longo período escravocrata, a fim de dificultar e impedir rebeliões dos cativos contra os colonizadores portugueses, certamente limitou o maior impacto das contribuições linguísticas de línguas africanas ao português brasileiro, geralmente sendo mais conhecidos os exemplos de natureza lexical.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do panorama social e histórico apresentado ao longo desse artigo, foi possível perceber que a construção das raízes linguística da língua portuguesa do Brasil está atrelada a fatores de natureza não só linguística, como também sociais, culturais e econômicos que marcaram a sócio-história da nação brasileira. Apresentou-se, para tanto, o arcabouço teórico das teorias linguísticas que hipotetizam a gênese do português brasileiro a fim de se reforçar o caráter social intrínseco à realidade linguística, conforme pressupostos teóricos sociolinguísticos, além de fundamentar as três matrizes linguísticas brasileiras: a lusitana, a indígena e a africana, que, em menor ou maior grau, influenciaram a composição linguística do nosso português.

O (re)conhecimento dos antepassados sociais, demográficos, culturais da sociedade brasileira é crucial para a compreensão das características linguísticas que singularizam a variedade brasileira da língua portuguesa, uma vez que compreender o presente do português brasileiro, significa, inevitavelmente, retomar o passado histórico vivenciado pelos povos que compõem o nosso país em sua base antropológica.

Por fim, e não menos importante, pontua-se que os estudos (sócio)linguísticos ainda têm muito a contribuir para um novo futuro no Brasil, tanto no ramo da educação como da linguística e outras áreas científicas, sem que se desconsidere, em seu bojo, as raízes que constituem a identidade do povo brasileiro e por que não dizer, da nossa “língua brasileira”. Parafraseando as palavras de Castilho (2019), é chegada a hora e a vez do português brasileiro, conforme o linguista e gramático detalha em sua robusta *Gramática do Português Brasileiro*:

A crescente importância do Brasil no cenário internacional mostra claramente que chegou a hora e a vez do português brasileiro. Chegou a hora, também, para se traçar uma vigorosa política linguística para o PB, ancorada em sua continuada documentação e análise, no estudo de sua

história, na melhoria de seu ensino como língua materna e numa grande cruzada em favor da difusão do PB como língua estrangeira, [...]. A hora é esta. Vamos ajudar os portugueses a difundir a língua (Castilho, 2019, p. 194).

## REFERÊNCIAS

- ALKMIM, Tânia. Sociolinguística: parte I. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, vol. 1. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 21-44.
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. In: *Revista de Estudos Linguísticos e Literários*, n. 19, mar., 1997.
- CANIATO, Benilde Justo. *Percursos pela África e por Macau*. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.
- CASTILHO, Ataliba T. *Nova Gramática do português brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2019. CUNHA
- COELHO *et al.* *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.
- CUNHA, Celso. *Língua, nação, alienação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- DUARTE, Marcelo. *O guia dos curiosos: língua portuguesa*. São Paulo: Panda Books, 2003.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.
- LABOV, William. Sociolinguística: uma entrevista com William Labov. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – Revel*, v. 5, n. 9, ago, 2007. Tradução de Gabriel de Ávila Othero, ISSN 1678-8931.
- LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. *Como falam os brasileiros*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- LINS, Alex Batista. Três hipóteses e alguns caminhos para melhor compreender o processo constitutivo do português brasileiro. In: OLIVEIRA, K., CUNHA E SOUZA,

HF., and SOLEDADE, J. *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 271-296.

LUCCHESI, Dante. O contato entre línguas na história sociolinguística do Brasil. In: VALENTE, André (Org.). *Unidade e variação na língua portuguesa: suas representações*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015a, p. 80-100.

LUCCHESI, Dante. O contato entre línguas na história sociolinguística do Brasil. In: VALENTE, André (Org.). *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015b.

LUCCHESI, Dante. Linguística Histórica: uma entrevista com Dante Lucchesi. *ReVEL*, v. 17, n. 32, 2019. Disponível em: [www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br). Acesso em: 30 jan. 2023.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. O português brasileiro. In: *História da língua portuguesa em linha*. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/hlpbrasil/index.html>. Acesso em: 24 jan. 2022.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Fatores sociohistóricos condicionantes na formação do português brasileiro: em questão o propalado conservadorismo da língua portuguesa no Brasil*. *Revista ANPOLL*, n. 14, p. 205-231, jan./jun., 2003.

MELLO, Heliana Ribeiro de. Português padrão, português não-padrão e hipótese do contato linguístico. In: ALKIMIN, Tania. *Para a história do português brasileiro*. vol. III, São Paulo: Novos Estudos, 2002.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2012.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SALOMÃO, Ana Cristina Biondo. Variação e mudança linguística: panorama e perspectivas da sociolinguística variacionista no Brasil. *Fórum Linguístico*. Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 187-207, jul./dez., 2011.

SILVA, Rita do Carmo Polli da. *A sociolinguística e a língua materna*. Curitiba: Ibpex, 2009.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Tradução Celso Cunha. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

TRASK, Robert Lawrence. *Dicionário de Linguagem e Linguística*. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

UCHOA, Carlos Eduardo Falcão. *Dispersos de Joaquim Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

Recebido em: 20/06/2023

Aceito em: 18/10/2023

**Bárbara Carolina Vanderley Boaventura:** Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. Professora de Língua Portuguesa da Secretaria de Educação do Distrito Federal.